

2) É ilegal a exigência de depósito prévio para custeio dos honorários periciais, dada a incompatibilidade com o processo do trabalho, sendo cabível o mandado de segurança visando à realização da perícia, independentemente do depósito.

3) A União é responsável pelo pagamento dos honorários de perito quando a parte sucumbente no objeto da perícia for beneficiária da assistência judiciária gratuita.

4) No caso de sucumbência recíproca no objeto da perícia os honorários periciais serão calculados pró-rata.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) todas as assertivas estão incorretas;
- b) somente as assertivas 2 e 3 estão incorretas;
- c) somente a assertiva 4 está incorreta;
- d) somente a assertiva 1 está incorreta.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 53

Acerca dos prazos processuais é **INCORRETO** afirmar:

- a) Incumbe à parte o ônus de provar, quando da interposição do recurso, a existência de feriado local que autorize a prorrogação do prazo recursal.
- b) Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato e a contagem, no dia subsequente.
- c) O recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do TST suspendem os prazos recursais.
- d) Aplica-se no processo do trabalho, inclusive nos processos eletrônicos, a duplicação dos prazos processuais quando os litisconsortes tenham advogados distintos.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 54

Marque a alternativa **INCORRETA** sobre competência para processamento e julgamento da ação civil pública:

- a) A competência fixa-se pela extensão do dano.
- b) Se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da capital do Estado.

- c) Em caso de dano de abrangência suprarregional ou nacional, há competência concorrente das Varas do Trabalho das sedes dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- d) Estará prevento o juízo a que a primeira ação houver sido distribuída.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 55

Considerando que por ocasião da admissibilidade do recurso de revista no TST foram constatadas decisões atuais e conflitantes no TRT de origem, com o mesmo tema objeto da revista, o Ministro Relator no TST deverá, conforme previsão legal:

- a) Determinar o sobrestamento do recurso e oficiar o TRT de origem para promover a uniformização da jurisprudência, cuja súmula aprovada ou tese prevalecente será aplicada pelo Ministro Relator ao recurso sobrestado, se não contrariar súmula ou orientação jurisprudencial do TST.
- b) Denegar seguimento ao recurso de revista.
- c) Cassar a decisão e determinar o retorno dos autos ao TRT de origem, para que uniformize a sua jurisprudência, após o que o órgão fracionário daquele TRT proferirá nova decisão, de acordo com a súmula ou tese prevalecente resultante do julgamento da uniformização.
- d) Determinar o retorno dos autos ao TRT de origem a fim de que proceda a uniformização da jurisprudência.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 56

Sobre o cabimento do recurso de revista, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Cabe recurso de revista por violação a lei federal, por divergência jurisprudencial e por ofensa à Constituição da República nas execuções fiscais e nas controvérsias da fase de execução que envolvam a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- b) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a orientação jurisprudencial e súmula de jurisprudência uniforme do TST ou a súmula vinculante do STF e por violação direta da Constituição da República.
- c) É cabível recurso de revista, dentre outras hipóteses, quando a decisão recorrida diverge de decisão da Subseção I de Dissídios Individuais, Subseção II de Dissídios Individuais e do Pleno do TST.

d) É cabível recurso de revista, dentre outras hipóteses, quando a decisão recorrida de um TRT contrariar súmula ou tese resultantes de julgamento da uniformização de jurisprudência de outro TRT.

e) Não respondida.

QUESTÃO 57

Considerando a hipótese de ex-empregado que ajuíza reclamação trabalhista e seus pedidos sejam julgados totalmente improcedentes, com custas fixadas sobre o valor atribuído à causa, analise as assertivas abaixo, de acordo com a jurisprudência uniforme do TST:

1) Caso o reclamante seja beneficiário da Justiça gratuita, estará isento de recolher as custas para o conhecimento de seu recurso ordinário e, em sendo provido, com inversão do ônus da sucumbência, a reclamada deverá recolher as custas fixadas na sentença originária, independentemente de intimação, para o conhecimento de seu recurso de revista.

2) Caso o reclamante não tenha obtido os benefícios da justiça gratuita e o recolhimento das custas em razão da interposição de seu recurso ordinário não incluir os centavos, ele deverá ser intimado para complementar o valor que, se não providenciado, acarreta a deserção do recurso.

3) Caso o reclamante não tenha obtido os benefícios da justiça gratuita, havendo inversão do ônus da sucumbência em razão do provimento de seu recurso ordinário, com as custas devidamente recolhidas, sem que tenha havido acréscimo ou atualização em seu valor, a reclamada deverá recolher o valor integral das custas no prazo do recurso de revista, para que este não ser considerado deserto.

4) Caso o reclamante não tenha obtido os benefícios da justiça gratuita, a guia de recolhimento das custas, com o valor correto, apresentada por ocasião da interposição de seu recurso ordinário, sem autenticação mecânica, mas com o carimbo recebedor do banco, deve ser considerada apta para a comprovação do preparo.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) as assertivas 1 e 4 estão corretas;
- b) as assertivas 1, 3 e 4 estão corretas;
- c) as assertivas 2 e 4 estão corretas;
- d) as assertivas 1, 2 e 3 estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 58

Em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, postulando obrigação de pagar salários vencidos e a integralidade dos salários vincendos de todos os empregados de uma empresa, até o quinto dia útil do mês seguinte, sob pena de multa diária, além do dano moral coletivo, uma vez que foi detectado, em vários meses, o pagamento dos salários em valor inferior ao devido, analise as assertivas seguintes:

- 1) Se os pedidos forem julgados improcedentes por insuficiência de provas, o Ministério Público do Trabalho estará impossibilitado de ajuizar futura ação nesse sentido, baseada em novas provas, considerando que só os demais legitimados poderão fazê-lo.
- 2) Se o pedido de pagamento de salários vencidos for julgado improcedente, os empregados da empresa ré, inclusive os que participaram do processo como litisconsortes, ficam impossibilitados de ajuizar ações individuais para deduzir idêntico pedido.
- 3) Se o pedido de salário vencido for julgado procedente, os empregados da empresa podem, sem necessidade de ajuizar reclamações trabalhistas para discutir o direito de cada um, liquidar e executar, com base no provimento da ação civil pública, as diferenças salariais resultantes do descumprimento pela empresa do pagamento integral dos salários.
- 4) Eventual condenação em dano moral coletivo, destinada ao fundo previsto em lei, não afasta a possibilidade de as vítimas postularem dano moral individual em decorrência do não pagamento integral dos salários.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1 e 3 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 2 e 4 estão corretas;
- c) apenas as assertivas 3 e 4 estão corretas;
- d) apenas as assertivas 1 e 4 estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 59

Em ação trabalhista ajuizada, foi concedida a antecipação dos efeitos da tutela antes da realização de audiência. De acordo com a jurisprudência uniforme do TST, assinale a alternativa **CORRETA** que contenha a medida que pode ser adotada pelo réu:

- a) Interpor imediatamente recurso ordinário e ação cautelar visando conferir efeito suspensivo ao recurso.
- b) Impetrar mandado de segurança, demonstrando por meio de prova pré-constituída que não se fazem presentes os requisitos previstos em lei para a antecipação da tutela.

- c) Interpor agravo de instrumento por se tratar de decisão interlocutória, cumulado com pedido de efeito suspensivo ao recurso.
- d) Como a tutela antecipada permite o cumprimento imediato da decisão, o recurso cabível é o previsto para a fase de execução, ou seja, o agravo de petição.
- e) Não respondida.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 60

Quanto ao negócio jurídico, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Será nulo quando a manifestação de vontade emanar de erro essencial sobre o pacto que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal.
- b) Será nulo quando celebrado por pessoa capaz, possuir motivo determinante ilícito relativo a uma das partes.
- c) Não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.
- d) Será nulo quando decorrente de coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 61

Assinale a alternativa **CORRETA** consoante o Código Civil:

- a) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- b) São lícitas, em geral, todas as condições não contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes; entre as condições defesas se incluem as que privarem de todo efeito o negócio jurídico, ou o sujeitarem ao puro arbítrio de uma das partes.
- c) O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, ainda que expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.
- d) Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, não constitui omissão dolosa, ainda que se prove que sem ela o negócio não se teria celebrado.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 62

Em relação aos contratos, analise as assertivas abaixo:

- 1) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data em que ocorrer a onerosidade excessiva.
- 2) Se, na venda de um imóvel, se estipular o preço por medida de extensão (venda *ad mensuram*), ou se determinar a respectiva área, e esta não corresponder, em qualquer dos casos, às dimensões dadas, o comprador terá o direito de exigir o complemento da área, e, não sendo isso possível, o de reclamar a resolução do contrato, não havendo possibilidade de requerer o abatimento proporcional ao preço.
- 3) No contrato de prestação de serviços, quando qualquer das partes não souber ler, nem escrever, o instrumento deverá ser assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas.
- 4) Não sendo a venda a crédito, o vendedor é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.

De acordo com as assertivas propostas, é **CORRETO** afirmar que:

- a) apenas as assertivas 1, 2 e 4 estão incorretas;
- b) apenas as assertivas 2, 3 e 4 estão incorretas;
- c) apenas as assertivas 1 e 2 estão incorretas;
- d) todas as assertivas estão incorretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 63

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Salvo previsão expressa em lei, os direitos de personalidade são intransmissíveis e inalienáveis, estando sujeitos apenas às limitações voluntárias.
- b) Os empregados podem participar de propaganda comercial do empregador, sem consentimento expresso, considerando os efeitos anexos do contrato de trabalho.
- c) A divulgação de escritos de autoria de terceiro para fins comerciais pode ser proibida, a requerimento deste, sem prejuízo da indenização cabível.
- d) Pessoa acometida de doença grave pode ser submetida sem seu consentimento a realizar intervenção cirúrgica urgente, de acordo com critérios médicos.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 64

Acerca das disposições sobre associações no Código Civil, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os associados devem ter direitos iguais, mas o estatuto poderá instituir categoria com vantagem especial.
- b) A exclusão de associado é feita de acordo com os estatutos, que é soberano para estabelecer o procedimento que entender adequado.
- c) Compete privativamente à assembleia geral, especialmente convocada para esse fim, destituir os administradores.
- d) Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no estatuto.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 65

Analise as assertivas abaixo:

- 1) O devedor incorre de pleno direito na cláusula penal, desde que, dolosamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.
- 2) O empregador é responsável pela reparação civil dos atos que seus empregados praticarem no exercício ou em razão do trabalho, desde que configurada a culpa dos trabalhadores.
- 3) Quando a violação ou ofensa a direito tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.
- 4) Se o devedor pagar ao credor, apesar de intimado da penhora feita sobre o crédito, ou da impugnação a ele oposta por terceiros, o pagamento não valerá contra estes, que poderão constranger o devedor a pagar de novo, ficando-lhe ressalvado o regresso contra o credor.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 3 e 4 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 1 e 3 estão corretas;
- c) apenas as assertivas 2 e 4 estão corretas;
- d) apenas as assertivas 1 e 2 estão corretas.
- e) Não respondida.

DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÃO 66

Analise as assertivas abaixo:

- 1) O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
- 2) Nas sociedades simples, o sócio pode ser substituído no exercício das suas funções, sem o consentimento dos demais sócios.
- 3) Na sociedade em comandita simples, sem prejuízo da faculdade de participar das deliberações da sociedade e de lhe fiscalizar as operações, não pode o comanditário praticar qualquer ato de gestão, nem ter o nome na firma social, sob pena de ficar sujeito às responsabilidades de sócio comanditado.
- 4) Nas sociedades limitadas não se admite a designação de administrador não sócio.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas as assertivas 1 e 4 estão corretas;
- b) Apenas as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- c) Apenas as assertivas 1 e 3 estão corretas;
- d) Apenas as assertivas 2 e 4 estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 67

Sobre a empresa individual de responsabilidade limitada é **INCORRETO** afirmar:

- a) A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- b) A empresa individual de responsabilidade limitada poderá empregar no máximo 20 (vinte) empregados.
- c) A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.
- d) A empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.
- e) Não respondida.

REGIME JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

QUESTÃO 68

Analise as seguintes assertivas sobre o Ministério Público na Constituição da República:

- 1) O Presidente da República possui legitimação concorrente com o Procurador-Geral da República para propor projeto de lei sobre a organização do Ministério Público da União, mas, por força da autonomia administrativa constitucionalmente garantida ao órgão, é privativa do Procurador-Geral da República a iniciativa de lei para a criação de cargos de membros e servidores no âmbito do MPU.
- 2) Conforme previsão constitucional, o Procurador-Geral da República é nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- 3) É atribuição constitucional do Procurador-Geral da República, na qualidade de chefe do Ministério Público da União, nomear o Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, dentre integrantes da carreira que figurem em lista tríplice formada pelos membros do respectivo ramo.
- 4) No âmbito federal, o Procurador-Geral da República possui legitimação concorrente para o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade, mas é exclusiva sua legitimação para propor a ação direta de inconstitucionalidade interventiva.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) todas as assertivas são corretas;
- b) apenas a assertiva 3 é incorreta;
- c) apenas as assertivas 1 e 4 são corretas;
- d) todas as assertivas são incorretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 69

Marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) A Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho é um órgão de coordenação, de integração e de revisão do exercício funcional na instituição.
- b) O Ministério Público Eleitoral não constitui ramo autônomo do Ministério Público, dotado de autonomia administrativa, financeira e orçamentária, sendo que as funções eleitorais do Ministério Público Federal perante os juízes e juntas eleitorais serão exercidas pelo promotor eleitoral.

c) Os Procuradores do Trabalho funcionam ordinariamente perante as Varas do Trabalho e os Tribunais Regionais do Trabalho, não carecendo de autorização extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho para atuar perante estes Tribunais Regionais, já que a legislação o autoriza.

d) Os Procuradores da República oficiam ordinariamente perante os Juízes Federais e Tribunais Regionais Federais, não carecendo de autorização extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público Federal para officiar perante estes Tribunais Regionais, já que a legislação o autoriza.

e) Não respondida.

QUESTÃO 70

Para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público da União poderá, nos procedimentos de sua competência, **EXCETO**:

a) Requisitar da Administração Pública serviços permanentes de seus servidores e meios materiais necessários para a realização de quaisquer atividades.

b) Notificar testemunhas e requisitar sua condução coercitiva, no caso de ausência injustificada.

c) Requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta.

d) Requisitar informações e documentos a entidades privadas.

e) Não respondida.

QUESTÃO 71

Não se inclui entre as atribuições do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho:

a) Decidir, em grau de recurso, os conflitos de atribuição entre os órgãos do MPT.

b) Opinar sobre afastamento temporário de membro do MPT.

c) Determinar a realização de correições e sindicâncias e apreciar os relatórios correspondentes.

d) Designar a comissão de processo administrativo em que o acusado seja membro do MPT.

e) Não respondida.

QUESTÃO 72

É prerrogativa processual dos membros do Ministério Público da União, conforme a Lei Complementar n. 75/1993:

- a) Sentar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos juízes singulares ou presidentes dos órgãos judiciários perante os quais oficiem.
- b) Ser preso ou detido somente por ordem escrita do tribunal competente ou em razão de flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará imediata comunicação àquele tribunal e ao Procurador-Geral da República, sob pena de responsabilidade.
- c) Ter ingresso e trânsito livres, em razão de serviço, em qualquer recinto público ou privado, respeitada a garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio.
- d) A prioridade em qualquer serviço de transporte ou comunicação, público ou privado, no território nacional, quando em serviço de caráter urgente.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 73

Segundo o disposto no artigo 37, inciso II, da Lei Complementar n. 75/93, o Ministério Público Federal exercerá suas funções nas causas de competência de quaisquer juízes e tribunais, para defesa de direitos e interesses dos índios e das populações indígenas. Com base nessa assertiva indique a resposta **CORRETA**:

- a) Trata-se de atribuição concorrente com o Ministério Público do Trabalho, haja vista que ambos pertencem ao Ministério Público da União.
- b) Excetua-se as causas em defesa dos direitos e interesses dos índios, decorrentes das relações de trabalho, de atribuição do Ministério Público do Trabalho, por expressa previsão legal.
- c) O princípio da unidade institucional permite a atuação do *parquet* federal no juízo trabalhista, bastando uma autorização do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.
- d) Trata-se de situação excepcional, em que a Lei Complementar fixa atribuição exclusiva para o Ministério Público Federal tutelar os índios e as populações indígenas.
- e) Não respondida.

GRUPO II
DIREITO PROCESSUAL CIVIL
DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 74

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Os atos processuais realizar-se-ão de segunda a sexta-feira, das oito às vinte horas. Serão, todavia, concluídos, depois das 20 (vinte) horas, os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.
- b) Podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo dilatatório; as custas acrescidas em razão da dilação serão divididas igualmente entre as partes.
- c) É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios. O juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de 60 (sessenta) dias.
- d) Não havendo preceito legal nem assinatura pelo juiz, será de 10 (dez) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 75

Em relação às provas no Código de Processo Civil, analise as assertivas abaixo:

- 1) Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, desde que especificados no Código de Processo Civil, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa.
- 2) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito, e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. A convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova é nula, ainda que recaia sobre direito disponível da parte.
- 3) As provas testemunhais sempre devem ser produzidas em audiência.
- 4) Na ausência de normas jurídicas particulares, o juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e ainda as regras da experiência técnica, ressalvados, quanto a esta, o exame pericial e a inspeção judicial.

De acordo com as assertivas propostas, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) todas as assertivas estão incorretas;
- b) apenas as assertivas 1 e 2 estão incorretas;
- c) apenas as assertivas 1, 2 e 3 estão incorretas;
- d) apenas as assertivas 3 e 4 estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 76

Assinale a alternativa **INCORRETA** consoante o entendimento sumular do STJ:

- a) Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte.
- b) A liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença ofende a coisa julgada.
- c) Formulado pedido certo e determinado, somente o autor tem interesse recursal em arguir o vício da sentença ilíquida.
- d) Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 77

Analise as assertivas abaixo:

- 1) O pedido será alternativo, quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo. Quando, pela lei ou pelo contrato, a escolha couber ao devedor, o juiz lhe assegurará o direito de cumprir a prestação de um ou de outro modo, desde que o autor tenha formulado pedido alternativo.
- 2) O juiz, de ofício ou a requerimento, pode determinar, para a efetivação da tutela específica requerida ou para a obtenção de resultado prático equivalente, as medidas necessárias para tanto, inclusive a imposição de multa por tempo de atraso.
- 3) A sentença que condenar o réu no pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária, cuja inscrição será ordenada pelo juiz na forma prescrita na Lei de Registros Públicos.

De acordo com as assertivas propostas, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1 e 3 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 1 e 2 estão corretas;
- c) apenas as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- d) todas as assertivas estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 78

Com base no Código de Processo Civil, no que concerne à antecipação da tutela, analise as seguintes assertivas:

- 1) O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação.
- 2) A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
- 3) O juiz concederá a antecipação dos efeitos da tutela quando houver fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou se ficar caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.
- 4) Na decisão que antecipar a tutela, o juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento, mas não concederá a antecipação quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

De acordo com as assertivas propostas, é **CORRETO** afirmar que:

- a) apenas as assertivas 1, 2 e 3 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 1, 3 e 4 estão corretas;
- c) todas as assertivas estão corretas;
- d) apenas as assertivas 2 e 4 estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 79

Analisar as seguintes assertivas acerca da ação civil pública:

- 1) Além do Ministério Público, outros legitimados podem ajuizar ação civil pública, tais como, a Defensoria Pública, Municípios, autarquias, empresas públicas, fundações ou sociedades de economia mista.

2) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, poderá atuar como fiscal da lei. Nas hipóteses de abandono da ação civil pública ajuizada pelos outros legitimados fica facultado ao Ministério Público assumir a titularidade ativa da referida ação.

3) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1 e 2 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- c) apenas as assertivas 1 e 3 estão corretas;
- d) todas as assertivas estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 80

A respeito da liquidação e execução das ações coletivas, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Na fase de liquidação e execução do provimento condenatório, os legitimados para a ação coletiva não possuem legitimidade para agir como substituto processual, mas apenas como representantes dos indivíduos beneficiados.
- b) O juízo da liquidação de sentença ou o da ação condenatória é o competente para a execução individual.
- c) Em caso de concurso de créditos decorrentes de condenação em ação civil pública e de indenizações por prejuízos individuais resultantes do mesmo evento danoso, as primeiras terão preferência na execução.
- d) Tratando-se de interesses individuais homogêneos, a liquidação e a execução de sentença poderão ser promovidas pela vítima, mas não por seus sucessores.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 81

Assinale a alternativa **CORRETA**, a respeito do cumprimento das obrigações de fazer e não fazer:

- a) Se procedente o pedido, a obrigação será imediatamente convertida em perdas e danos.

- b) A indenização por perdas e danos não é acumulável com a multa.
- c) Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação.
- d) Tratando-se de entrega de coisa determinada pelo gênero e quantidade, o credor a individualizará na petição inicial, ainda que não lhe caiba a escolha.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 82

A respeito dos recursos extraordinário e especial, considere as seguintes afirmações, tomando-se por base a jurisprudência sumulada do STF e do STJ:

- 1) O recurso especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração oferecidos no Tribunal de origem não precisa ser ratificado diante da garantia constitucional do amplo acesso à justiça.
- 2) Não compete ao STF conceder medida cautelar para dar efeito suspensivo a recurso extraordinário que ainda não foi objeto de juízo de admissibilidade na origem.
- 3) Admite-se recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário.
- 4) Cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, ainda quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida, diante da prevalência da matéria constitucional que atrai a competência do STF.

De acordo com as assertivas propostas, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1, 3 e 4 estão incorretas;
- b) apenas as assertivas 2, 3 e 4 estão incorretas;
- c) apenas as assertivas 1, 2 e 3 estão incorretas;
- d) todas as assertivas estão incorretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 83

Quanto às exceções de suspeição e impedimento é **CORRETO** afirmar:

- a) As hipóteses de suspeição são de natureza absoluta, não se sujeitando à preclusão.
- b) As hipóteses de impedimento são de natureza objetiva, não sujeitas à preclusão.

- c) As hipóteses de impedimento são de natureza subjetiva, sujeitas à preclusão.
- d) As hipóteses de suspeição são de natureza relativa, não se sujeitando à preclusão.
- e) Não respondida.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 84

Julgando a Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 16/DF, o STF declarou a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, segundo o qual, “*a inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento (...)*”. Partindo dessa premissa, analise as seguintes assertivas:

- 1) Essa decisão do STF, ao reconhecer a constitucionalidade do dispositivo da Lei de Licitações, vedou a imputação de responsabilidade à Administração Pública por força do descumprimento de direitos trabalhistas, pela empresa contratada, sempre que demonstrada a regularidade formal do procedimento de licitação, sob o fundamento do princípio constitucional da legalidade.
- 2) Essa decisão do STF reconhece a impossibilidade de responsabilização subsidiária automática da Administração Pública contratante de serviços terceirizados, por inadimplemento dos direitos trabalhistas, pela empresa contratada.
- 3) Segundo a atual jurisprudência do TST acerca da matéria, a exigência de certidão negativa de débitos trabalhistas, a cargo da empresa prestadora de serviço, no procedimento de licitação, exime a Administração Pública de responsabilidade subsidiária por eventuais débitos trabalhistas contraídos pela empresa contratada, no curso da execução do contrato.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1 e 2 são corretas;
- b) apenas as assertivas 1 e 3 são corretas;
- c) apenas a assertiva 2 é correta;
- d) apenas a assertiva 3 é correta.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 85

Segundo decisão cautelar proferida pelo STF na ADIn n. 2.135-4/DF, atualmente encontra-se em vigor o texto originário do art. 39, *caput*, da Constituição da República, que prevê a obrigatoriedade do Regime Jurídico Único, de natureza estatutária, aplicável à Administração Pública direta, autárquica e fundacional, tendo em vista a suspensão da eficácia do texto inserido pela Emenda Constitucional n. 19/1998. Considerando a jurisprudência do STF, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) Essa decisão cautelar do STF, dotada de efeito *ex nunc*, preserva a validade dos atos de admissão de servidores pelo regime de emprego público, no âmbito das entidades federativas, praticados com base em legislação editada no período em que vigia o dispositivo suspenso.
- b) Essa decisão cautelar não se aplica às empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, tendo em vista que tais entidades, por imposição constitucional, submetem-se necessariamente ao regime jurídico de emprego.
- c) Essa decisão cautelar do STF em nada altera a situação jurídica dos servidores públicos da União submetidos à Lei n. 8.112/1990.
- d) Essa decisão cautelar do STF não impede que os entes federativos passem a adotar o regime de emprego no âmbito de suas autarquias, por se tratarem de entidades descentralizadas e autônomas, com patrimônio e personalidade jurídica própria.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 86

Analise as seguintes assertivas sobre o regime de remuneração dos servidores públicos:

- 1) Segundo a jurisprudência pacífica do STF, não cabe ao Poder Judiciário aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia, cabendo apenas ao legislador concretizar este princípio constitucional, observando na elaboração da norma a isonomia remuneratória entre servidores ocupantes de cargos com atribuições iguais ou assemelhadas.
- 2) De acordo com a Lei n. 8.112/1990, o servidor público federal em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.
- 3) De acordo com a jurisprudência majoritária do TST, lei municipal que reduza vantagem trabalhista inerente a determinado emprego público somente se aplica aos empregados que vierem a ser admitidos após a edição da norma, tendo em vista que a condição mais benéfica integra o seu contrato de trabalho.
- 4) Segundo a jurisprudência sumulada do TST, a vedação à equiparação salarial entre servidores públicos, por decisão judicial, não se aplica à sociedade de economia mista, pois essa entidade equipara-se a empregador privado, por força do disposto no art. 173, § 1º, inciso II, da Constituição da República.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) todas as assertivas são corretas;
- b) apenas as assertivas 1 e 4 são corretas;
- c) apenas as assertivas 2 e 3 são corretas;
- d) apenas a assertiva 3 é correta.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 87

Analise as seguintes assertivas:

- 1) A contratação de empresa privada, pelo Poder Público, para prestação de serviço de apoio administrativo, consistente em atividade acessória, instrumental ou complementar à competência legal do órgão ou entidade pública contratante, constitui instrumento de descentralização administrativa por colaboração.
- 2) A atribuição da Inspeção do Trabalho, de fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares, inclusive as relacionadas à saúde e segurança, no âmbito das relações de trabalho e emprego, não se caracteriza como serviço público em sentido estrito.
- 3) A transferência da execução de serviço público a entidade privada, por meio de concessão ou permissão, constitui método de desconcentração administrativa.
- 4) A sociedade de economia mista que atue como concessionária de serviço público se submete à obrigação constitucional de manter serviço adequado, bem como aos princípios que regem a prestação de serviços públicos, a exemplo da continuidade e da isonomia.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) somente as assertivas 2 e 3 são incorretas;
- b) todas as assertivas são verdadeiras;
- c) somente as assertivas 2 e 4 são corretas;
- d) somente as assertivas 3 e 4 são incorretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 88

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O STF tem precedente atual de que o empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista prestadora de serviço público, apesar de não ser beneficiário de estabilidade, deve ter seu ato de dispensa motivado, para gozar de validade.

b) Segundo a jurisprudência sumulada do STF, a exoneração de servidor público estatutário em estágio probatório não depende de prévio procedimento de apuração, tendo em vista que ainda não adquiriu a estabilidade.

c) Segundo a jurisprudência predominante no TST, a despedida de empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista exploradora de atividade econômica, mesmo admitido por concurso público, não precisa ser motivado para gozar de validade.

d) Apesar do art. 41 da Constituição da República, alterado pela EC n. 19/1998, destinar a estabilidade aos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, a jurisprudência predominante do TST é firme no sentido de que o servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional também é beneficiário da estabilidade prevista naquele dispositivo constitucional.

e) Não respondida.

QUESTÃO 89

Qual dos seguintes atos administrativos **NÃO PODE** ser considerado como emanção do poder de polícia:

a) Homologação da rescisão do contrato de trabalho firmado por empregado com mais de um ano de serviço, pela autoridade do Ministério do Trabalho.

b) Lavratura de auto de infração, por Auditor Fiscal do Trabalho, em face do empregador, em razão de não haver sido registrado o contrato em CTPS.

c) Expedição de notificação às empresas para apresentar comprovante de fornecimento de equipamento de proteção individual.

d) A interdição de estabelecimento quando houver grave e iminente risco para o trabalhador, por ordem da autoridade competente do Ministério do Trabalho e Emprego.

e) Não respondida.

QUESTÃO 90

Analise e responda em quais destas hipóteses o servidor público estável **PODERÁ** perder o cargo:

1) Em razão de eleição para cargo eletivo.

2) Em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

3) Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

4) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas nas hipóteses 2, 3 e 4;
- b) apenas nas hipóteses 1, 2 e 3;
- c) apenas nas hipóteses 2 e 3;
- d) em todas as hipóteses.
- e) Não respondida.

GRUPO III
DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO PENAL,
DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO 91

Analise as assertivas abaixo e assinale a **INCORRETA**:

- a) A contribuição previdenciária do aposentado pelo regime geral que retorna à atividade encontra fundamento no princípio constitucional da universalidade do custeio da Previdência Social.
- b) Não incide contribuição previdenciária sobre o 13º salário.
- c) Integra o salário de contribuição o valor total das diárias pagas ao empregado, quando excedente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal.
- d) Segundo o STF, as entidades beneficentes de assistência social detêm imunidade relativas às contribuições para a Seguridade Social, desde que preencham os requisitos legais.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 92

Leia e analise as seguintes assertivas:

- 1) As ações referentes à prestação por acidente de trabalho prescrevem em 2 (dois) anos, com termo inicial a partir da data do acidente, quando dele resultar morte ou a

incapacidade temporária, verificada esta em perícia médica a cargo da Previdência Social.

2) Segundo jurisprudência sumulada do STJ, o termo inicial do prazo prescricional na ação de indenização decorrente de acidente de trabalho é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral.

3) O INSS detém legitimidade ativa para propor ação regressiva objetivando o ressarcimento dos valores referentes aos benefícios que desembolsou em caso de acidente de trabalho causado por negligência do empregador, uma vez que o pagamento destas prestações pela Previdência Social não exclui a responsabilidade civil do causador do infortúnio.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) as assertivas 1 e 2 estão corretas;
- b) as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- c) as assertivas 1 e 3 estão corretas;
- d) apenas a assertiva 2 está correta.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 93

Em relação aos benefícios previdenciários, é **CORRETO** afirmar:

- a) Para fazer jus à aposentadoria por invalidez, o segurado deverá necessariamente estar em gozo de auxílio-doença.
- b) O empregado doméstico não tem direito à aposentadoria por idade.
- c) O aposentado por invalidez não terá direito ao salário-família.
- d) A percepção do salário-maternidade está condicionada ao afastamento da segurada do trabalho.
- e) Não respondida.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 94

Analise as seguintes assertivas:

- 1) A Constituição da República criminaliza a retenção dolosa de salário.
- 2) Há na legislação ordinária penal extravagante tipo específico para a retenção dolosa de salários.

3) A retenção da CTPS pelo empregador por prazo superior a cinco dias não constitui crime contra a organização do trabalho, mas simples contravenção penal.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1 e 3 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- c) apenas a assertiva 1 está correta.
- d) todas estão corretas.
- e) Não respondido.

QUESTÃO 95

Marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) Incorre no crime de peculato o funcionário público que desviar dinheiro particular, de que tem a posse em razão do cargo, ainda que o aplique em proveito da própria repartição em que estiver lotado.
- b) Incorre na pena do crime de apropriação indébita previdenciária o prestador de serviço que deixar de recolher contribuições devidas à previdência social que tenham integrado os custos operacionais relativos à prestação de serviços.
- c) Incorre em crime contra a organização do trabalho quem recruta trabalhadores fora do local de trabalho, dentro do território nacional, e não assegura condições de retorno ao seu local de origem.
- d) Incorre em crime de redução à condição análoga a de escravo quem submete trabalhador a jornada exaustiva ou a condições degradantes de trabalho, desde que ocorra, concomitantemente, algum cerceio à sua liberdade de locomoção.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 96

Acerca do crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista é **INCORRETO** afirmar:

- a) Admite tentativa.
- b) Pode ser executado por meio de violência.
- c) Trata-se de norma penal em branco.
- d) Não pode ser classificado como crime permanente.
- e) Não respondida.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E COMUNITÁRIO

QUESTÃO 97

De acordo com a Convenção Americana de Direitos Humanos, analise as assertivas abaixo:

- 1) Toda pessoa tem direito a um prenome e aos nomes de seus pais ou ao de um destes. A lei deve regular a forma de assegurar a todos esse direito, mediante nomes fictícios, se for necessário.
- 2) Toda criança terá direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requer, por parte da sua família, da sociedade e do Estado.
- 3) Toda pessoa tem direito ao uso e gozo de seus bens. A lei pode subordinar esse uso e gozo ao interesse coletivo.
- 4) Toda pessoa terá o direito de sair livremente de qualquer país, inclusive do próprio, exceto em tempo de guerra.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1 e 2 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- c) apenas as assertivas 3 e 4 estão corretas;
- d) apenas as assertivas 2, 3 e 4 estão corretas.
- e) Não respondida.

QUESTÃO 98

De acordo com o Tratado de Assunção, é **INCORRETO** afirmar o seguinte:

- a) O art. 1, do Anexo IV, prescreve que cada Estado Parte poderá aplicar, até 31 de dezembro de 1994, cláusulas de salvaguarda à importação dos produtos que se beneficiem do Programa de Liberação Comercial estabelecido no âmbito do Tratado.
- b) O Mercado Comum do Sul implica a coordenação de políticas econômicas entre os Estados-Partes, a fim de assegurar condições adequadas à livre iniciativa e de proteção ao trabalho humano.
- c) Nas relações com terceiros países os Estados-Partes assegurarão condições equivalentes de comércio. Para tal fim, aplicarão suas legislações nacionais para incluir importações cujos preços estejam influenciados por subsídios, *dumping* ou qualquer outra prática desleal.

d) Em matéria de impostos, taxas e outros gravames internos, os produtos originários do território de um Estado-Parte gozarão, nos outros Estados-Partes, do mesmo tratamento que se aplique ao produto nacional.

e) Não respondida.

QUESTÃO 99

Sobre a Organização Internacional do Trabalho – OIT, é **CORRETO** dizer que:

a) Sua criação é anterior ao estabelecimento da Organização das Nações Unidas, não podendo, por isso, ser considerada um dos antecedentes históricos do processo de universalização dos direitos humanos.

b) O tripartismo é característica essencial da OIT, encontrando-se presente em todos os seus órgãos deliberativos e mecanismos do sistema de monitoramento de aplicação de Convenções e Recomendações.

c) O Conselho de Administração – órgão tripartite responsável pela elaboração e controle da execução das políticas e programas da OIT – é composto por 56 membros, sendo 14 representantes de empregadores, 14 representantes de trabalhadores e 28 representantes governamentais, eleitos mediante entre os 185 países membros da OIT, em sistema de rodízio, para um mandato de 3 anos.

d) Queixa é o procedimento constitucional mediante o qual um Estado-Membro submete à OIT denúncia contra outro Estado-Membro que não tenha adotado medidas satisfatórias para o cumprimento de uma Convenção que ambos hajam ratificado.

e) Não respondida.

QUESTÃO 100

No que se refere à produção normativa da OIT, é **INCORRETO** afirmar:

a) A Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho necessita de ratificação para viger em âmbito nacional.

b) Não se exige a votação unânime dos delegados presentes à Conferência Internacional do Trabalho para aprovação de uma convenção.

c) Como regra geral, os Estados-Membros têm o prazo de 1 (um) ano para submeterem às suas autoridades competentes a convenção aprovada pela Conferência Internacional do Trabalho.

d) As Convenções não ratificadas constituem fontes materiais de Direito do Trabalho.

e) Não respondida.